

COGGIOLA, Osvaldo.: "Crise, Novas Tecnologias e Classe Operária".

O autor faz referência a algumas abordagens sobre as sucessivas “crises” identificadas no sistema de reprodução capitalista e o aparecimento de novas formas de acumulação, baseadas no desenvolvimento tecnológico, responsável pela introdução de uma nova dimensão na relação entre capital e trabalho.

Do ponto de vista sociológico discorrer sobre a idéia da transformação da classe operária e da constituição de uma “nova classe” integrada a ordem social e partícipe das decisões políticas do capitalismo, sem a essência norteadora do seu fim: a atitude revolucionária, constitui-se utopia. Sabe-se, nos dias atuais, que o capitalismo sempre encontrou terreno fértil para se reproduzir e adaptar-se as mudanças trazidas pelas sucessivas crises mundiais. Desta feita, o discurso que ratificava os mecanismos de domesticação e anulação da consciência e, até mesmo, do “aburguesamento” da classe trabalhadora, defendendo uma suposta “sociedade industrial”, ganhou espaço, desarticulando os movimentos sindicais e a possibilidade de resposta ao anseios da classe operária. Essa constatação é perceptível quando, nas décadas de 80 e 90, afirma-se que ela (a classe operária) está prestes a desaparecer.

A bem da verdade, o trabalho operário deixou de ser, há décadas, o eixo central da relação capital versus trabalho. A concepção Marxista clássica sobre a missão histórica da classe operária perdeu significado. O trabalho operário deixou de ser a principal força produtiva. A antiga fábrica já não oferece empregos estáveis e permanentes. A polivalência de tarefas passa a ser defendida nas linhas de produção. A tese central do marxismo sobre as categorias da sociedade do trabalho são postas em leque diante dessa realidade. O papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, pela informatização, seriam responsáveis pela transição de uma sociedade respaldada no trabalho humano, braçal e mecânico para uma sociedade onde a produção baseia-se na micro eletrônica, com ênfase no trabalho intelectual individualizado. Nos dizeres dos franceses: uma nova ordem social com o desenvolvimento de novas forças produtivas e da própria reestruturação da produção.

Contudo, as novas tecnologias não podem ser consideradas fora do contexto histórico-social em que se inserem e onde as relações de produção acontecem. Esse julgamento deriva de uma apreciação unilateral do trabalho e de um certo “determinismo tecnológico” que, quando contemplado, permite que uma análise aponte para a separação abstrata do trabalho e valorização com a máxima criatividade do capitalismo, e não como o período de sua crise mais profunda. Dessa forma, a visão de crise aponta para uma nova fase de adaptação às condições da própria crise, superando-a através da recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, a partir da exploração crescente do proletariado, via aumento extensivo das jornadas de trabalho, terceirização, etc.

Tanto no fordismo como no pós-fordismo o processo de acumulação capitalista enaltece a introdução de novos métodos na atividade produtiva resultantes dos avanços tecnológicos. Se por um lado o fordismo, dentro da teoria da regulação, preconizava o trabalho padronizado na linha de montagem, o pós-fordismo caracteriza-se pela flexibilidade do processo produtivo e, em conseqüência, nas relações trabalhistas – sem a intervenção ou pouca participação dos sindicatos –, alto grau de individualismo, diversidade social, domínio do consumo sobre a produção, etc., instituindo um novo sentido à racionalidade de nossa época. Entretanto, a condição essencial para que o capital possa se reproduzir [...] *é a solução do conflito de classes,*

que garante que a taxa da mais-valia seja situada a determinado nível.(op. citação do autor. p. 129). Assim, a crise do capitalismo seria, na realidade, a crise no sistema produtivo vigente.

Dentro dessa concepção, a crise intermitente no sistema produtor de mercadorias (op. citação de Kurz in *“O Colapso da Modernidade”, 1996*) compromete a manutenção dos níveis de emprego no planeta, cujos reflexos imediatos são o aumento do desemprego estrutural, da precarização – sobretudo presente no trabalho temporário – sem garantias e seguro social básico, polarização entre as qualificações, além da diminuição nos níveis de renda. Dessa forma, *“o capitalismo sobrevive reintroduzindo hoje todo tipo de relações pré-capitalistas de produção, inteiramente reacionário, ameaçando as conquistas sociais obtidas nos primórdios do movimento sindical”*.

Ante o exposto, a sociedade da informação caminha para o declínio do proletariado? Será que a suposta superioridade dessa tecnologia seria capaz de substituir o trabalho humano, imprescindível em outros tempos?

A resposta é difícil frente a constatação dos benefícios que o desenvolvimento tecnológico propicia ao homem. Porém, essa tecnologia, em vez de substituí-lo, vem exigindo uma constante readaptação de qualificações (a polivalência é um exemplo disso) às necessidades do mercado.

Repensar as estratégias de adaptação capitalista em contextos relacionais diversificados onde forças opostas precisam redefinir seus papéis ante cenários de constantes transformações, requer um horizonte suficientemente amplo de análise. Cabe a sociedade redefinir os meios necessários de investigação e análise.